



A DINÂMICA DO PROCESSO MIGRATÓRIO NO VALE DO RIO PARDO COMO ELEMENTO POTENCIALIZADOR DO MOVIMENTO GREVISTA DE 1980

Patrícia Regina Schuster
Vanessa Costa de Oliveira

RESUMO: A década de 80 foi marcada por inúmeras experiências grevistas no Brasil, e no Vale do Rio Pardo, em especial no município de Santa Cruz do Sul, não foi diferente. A proposta deste artigo parte de inquietações em relação à dimensão do movimento grevista na região à época. Há uma série de aspectos potencializadores dessas mobilizações, como a concentração industrial, questões de cunho salarial, reação à intensificação da produtividade e do ritmo de trabalho, consolidação de um sindicalismo mais combativo, surgimento de novas lideranças sindicais e o anseio pela redemocratização do país. Nesse sentido, nosso objetivo é, a partir da compreensão do conceito de região e da dinâmica das migrações, entender a forma como esses elementos se relacionam às mobilizações ocorridas nesse período. No tocante a Santa Cruz do Sul, com a implementação, especialmente, de indústrias multinacionais de processamento de tabaco, impulsionou-se o êxodo rural. As consequências foram o aumento de outros segmentos da economia (comércio e serviços), fato que alterou a estrutura produtiva e fomentou, portanto, o movimento grevista de 1980 na região.

Palavras-chave: Movimento Grevista de 1980. Processo Migratório. Vale do Rio Pardo.

Introdução

No findar dos anos 70, os metalúrgicos da região do ABC Paulista¹ abriram um ciclo de greves sem precedentes na história dos conflitos brasileiros. Em pauta estava um

¹ Em 13 de março de 1979, cerca de 180 mil metalúrgicos do ABC Paulista cruzaram os braços. Essa foi a primeira greve geral após o Ato Institucional Número 5 (AI-5) do regime militar, publicado em 1968. Liderados por Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, os trabalhadores venceram a pressão da ditadura e da direção das empresas. Os primeiros a



conjunto de demandas – trabalhistas, sociais e políticas – que, de acordo com Noronha (1991), haviam sido reprimidas durante os anos do autoritarismo. Os trabalhadores das mais diversas categorias assalariadas clamavam por reajustes salariais, reclamavam das más condições de trabalho, fruto, principalmente, da intensificação do ritmo da produção nas fábricas, mas também tinham como reivindicação – velada, é bem verdade - a reconquista da cidadania política.

Contudo, as experiências grevistas da década de 80 não ficaram restritas apenas ao estado de São Paulo. A cada ano, mais e mais greves eram deflagradas país afora. O Vale do Rio Pardo e, especialmente, o seu município pólo – Santa Cruz do Sul², não ficou de fora desse contexto. Os traços comuns ao cenário nacional aparecem quando sindicatos, como o dos bancários, filiam-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT)³, com a vitória da oposição sindical bancária em 1986. Logo depois, outras oposições cutistas começaram a ganhar eleições sindicais, como foi o caso dos metalúrgicos e do vestuário. Como reflexo destes desdobramentos, surgiram as primeiras greves.

Nessa direção, emerge a inquietação de apurar quais foram os fatores que contribuíram para que esse movimento obtivesse tamanha dimensão. Entre eles, sobressai-se um que, na grande maioria das discussões travadas acerca da temática proposta, fica à parte ou é, na pior das hipóteses, simplesmente desconsiderado: o fluxo migratório das regiões.

Portanto, é imprescindível que se passe a olhar este aspecto com mais afinco, no intuito de transpor as barreiras da obviedade, ou seja, apurar a gama de questões que possam ter sido relevantes – as quais sabe-se de antemão que não são meramente salariais – para que este movimento entrasse para os anais brasileiros. E é justamente esta a proposta deste trabalho. Compreender e discutir os conceitos de região – com o objetivo de apreender como ela se constitui, como se dá a dinâmica entre os “atores” e práticas sociais por ela abrangidos e vice-versa; lembrar como e por que se deram as migrações

realizar movimentos por melhores condições de trabalho foram os funcionários da Scania, de São Bernardo do Campo. Após a greve nesta fábrica e as conquistas dos operários, o movimento se espalhou por várias empresas da região e para outros pólos industriais.

² Santa Cruz do Sul pode ser considerado como o principal município do Vale do Rio Pardo – entre outras características - pelas suas dimensões territoriais, volume populacional e capacidade econômica.

³ A CUT surgiu em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo. Ela é resultado do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat). A organização é fruto da vontade de mais de cinco mil homens e mulheres, que queriam uma entidade única que os representasse.



naquela época e de que forma elas possam estar relacionadas às mobilizações ocorridas nos anos 80, na certa, apontará para alguns caminhos antes nunca percorridos.

Conceituando região

O senso comum parte da noção, conforme Costa Gomes (2000), de que região está fundamentada em dois princípios: localização e extensão. No cotidiano das pessoas ela aparece como uma forma de referência a lugares que se diferenciam uns dos outros. Entretanto, o conceito de região vai muito além destes parâmetros. Ele possui um critério específico na estrutura conceitual analítica da ciência geográfica.

Há muito uma Geografia Regional vem sendo construída, e avaliada sob diferentes ângulos. Lencioni (1999) busca na história antiga da humanidade os referenciais que teriam norteado os estudos regionais dos séculos seguintes. A autora, aliás, pode ser considerada uma das precursoras no assunto, já que os recortes analíticos que elabora são estabelecidos segundo a composição territorial das civilizações.

Conforme ainda Lencioni (1999), à luz da fenomenologia, a análise regional ultrapassa os limites da investigação geográfica da dinâmica econômica ou da estrutura social. Ela busca compreender como o homem relaciona-se com a região e analisa os aspectos estruturais, funcionais e subjetivos da região.

O primeiro, relativo ao modo da organização dos elementos que constituem a região; o segundo, diz respeito à dinâmica regional; e, o terceiro, discute a relação do aspecto estrutural e funcional com o aspecto subjetivo; como por exemplo a relação das imagens mentais que os homens constroem acerca do espaço vivido, da região. (LENCIONI, 1999, p. 156).

Nesse sentido, à ideia de região, inevitavelmente, deve estar uma série de reflexões, que perpassam a política de base territorial, mas que considere, principalmente, a maneira como o homem interage com o espaço onde está inserido, uma vez que, na medida em que a sociedade vai apropriando-se de determinado território, marcas particulares vão sendo impressas ali. Ou seja, as condições físicas e naturais deixaram de ser as únicas responsáveis por caracterizar uma região. O uso de um território, de acordo com uma concepção globalizada, leva em conta interesses multifacetados (políticos, econômicos, sociais, culturais). A partir deste fenômeno, então, a realidade geográfica – e a região como



consequência dela – passa a ser produto de profundas transformações, tanto conceituais quanto estruturais.

O espaço, para Santos (1999), agora é decorrente de uma lógica que envolve as relações globais mediadas por objetos (instrumentos de trabalho) e sistemas (práticas sociais). O capitalismo sublinha este pensamento, de que modos de produção e espaço geográfico evoluem juntos. Fato que, na avaliação deste autor, tem redundando na inclusão de um número cada vez maior de sociedades e territórios.

Harvey (2001) segue na mesma perspectiva. Para ele, o modo de produção capitalista é por necessidade, tanto do ponto de vista tecnológico quanto organizacional, dinâmico. A direção para cá e para lá dos fluxos de capital – ora frenéticos, ora instáveis – ignoram qualquer restrição de tempo e espaço. A premissa básica do capitalismo não está nos limites espaciais – que são facilmente ultrapassados pelos donos do capital – mas sim nos lucros que ele precisa gerar.

Partindo-se destas premissas, nota-se que este sistema de produção (capitalismo), de forma ímpar, já é um grande paradigma para os estudos que remetem à região. Quando combinados à globalização, cujas relações produtivas são fruto da racionalização capitalista e, portanto, hegemônicas, os arranjos teóricos são ainda mais multiperspectivos. Apenas para mencionar o exemplo de Milton Santos (1996): ele é taxativo ao dizer que a única forma de evitar que a perversidade da globalização se sobressaia às regiões é fortalecendo-as. Para o autor, no regional,

[...] cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo [...]. (SANTOS, 1996, p. 258).

Em contraposição a esta visão, outros tantos autores afirmam, como coloca Etges (2005) que a homogeneização também é capaz de acarretar na criação de condições de diversidade futura, pois as desigualdades por ela geradas seriam pertinentes para a reprodução capitalista. Cabe destacar que na compreensão de Etges (2001) uma região é a expressão da organização do espaço, a partir de como o modo de produção capitalista a mantém e recria.

Nota-se que os entendimentos são polêmicos e controversos. De certo é que há sim uma ligação estreita entre a forma como a região é convencionalizada e composta atualmente e



as trajetórias feitas pelo capital. A dinâmica migratória, em particular no Vale do Rio Pardo – que é objeto deste estudo - é um dos pontos que evidencia muito bem como se dão os intrincados e complexos movimentos nesse sentido.

Os processos migratórios no Vale do Rio Pardo

Os movimentos migratórios rural-urbanos na esfera nacional acentuam-se a partir de 1950. Sobretudo, é nos anos 60 e 70 que o Brasil passou, de uma forma mais clara e rápida, por um processo de urbanização e crescimento industrial. Uma nova etapa de desenvolvimento econômico dominava o país e promovia de maneira cada vez mais intensa o inchaço dos contingentes nas cidades. Nordestinos e sulistas lideravam os percentuais de transferência, na época. Iam em busca de uma vida melhor no Sudeste (a Grande São Paulo⁴ era a principal referência), onde localizava-se o mais expressivo eixo industrial da época. Lá estavam instaladas as maiores fábricas de automóveis do país (General Motors, Volkswagen, Ford), caminhões (Scania), entre outros segmentos.

No Vale do Rio Pardo, a dinâmica da migração assume características próprias. Enquanto os demais brasileiros e gaúchos – em sua grande maioria – transferiram-se do campo para a cidade já a partir dos anos 60, a população do Vale do Rio Pardo, apenas em meados da década de 90 passou a residir mais nas áreas urbanas do que nas rurais.

A mobilidade humana do campo para a cidade na região aconteceu de forma gradual e lenta. De acordo com Silveira e Hermann (2001) o percentual de aumento de 1950/1960, de 1970/1980 e de 1980/1991 foi de 59,20%, 46,93% e 40,86%, respectivamente. Em 1950, a população urbana era de 41.887 e a rural de 206.729. Em 80, para se ter uma noção dessa evolução, os números são de 135.153 habitantes na zona urbana e 202.768 na rural. Outra constatação é de que o processo de urbanização é singular e heterogêneo no conjunto de municípios da região. Em 1996, para citar um exemplo, a população rural de Vale do Sol era de 94,01% da população total.

Os fatores que contribuíram para o crescimento da população nas zonas urbanas em detrimento das rurais no Vale do Rio Pardo são inúmeros. Um deles associa-se a estrutura fundiária regional. A fragmentação da propriedade agrícola e o predomínio de minifúndios -

⁴ A região metropolitana de São Paulo reúne 39 municípios do estado. Trata-se do maior centro urbano do Brasil.



característica peculiar aos espaços colonizados por europeus (alemães, italianos e poloneses) - segundo Silveira (2001) interviu negativamente na divisão das terras que eram deixadas de heranças para os filhos. As propriedades cada vez menores fizeram, então, com que se intensificasse o remanejamento destas pessoas para a cidade e, estas, posteriormente acabavam sendo proletarizadas.

A concentração de terras presente, primordialmente, nos municípios da microrregião sul do Vale do Rio Pardo⁵, também colaborou para que a população deixasse o campo para viver na zona urbana. Os latifúndios, aliados a uma economia de baixa produtividade e de extrema dependência do setor primário - o que promoveu ao longo dos anos, segundo Tambara (1985), o desgaste do solo -, resultaram numa crescente estagnação e puseram as pessoas a emigrar para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades.

Outro grupo de fatores que foi e tem sido decisivo para a expulsão da população rural para a cidade vincula-se à modernização da atividade produtiva. Introduziu-se uma série de “novidades” no campo. Entre os citados por Silveira e Herman (2001) estão os fertilizantes, estufas de fumo, sementes selecionadas, uso de maquinários, entre outros, que, eram e são requeridos e financiados pela indústria. A propósito, a afirmação da indústria fumageira nos anos 60 em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz provocou uma significativa alteração no processo de plantio do tabaco. Ele passou a atender exigências do mercado internacional, haja vista que as empresas instaladas na região eram todas transnacionais. A alteração da qualidade dos produtos que passaram a ser exportados obrigou que a área plantada nas propriedades aumentasse gradativamente diminuindo, por consequência disso, a área plantada para produtos de subsistência, como feijão, batata, milho. Isso fez com que as famílias se tornassem cada vez mais subordinadas às empresas fumageiras. O arroz e a soja, que igualmente tiveram seu modo de plantio mecanizado, redundaram num crescente excedente da força de trabalho para os centros urbanos.

Fato é que este conjunto de alterações foram – e estão sendo ainda, uma vez que os fluxos migratórios não são estanques - fundamentais para que cada vez mais pessoas deixassem suas lidas no campo para ir ao encontro de melhores oportunidades nas cidades (capitais, de modo particular). Silveira e Herman (2001, p. 241) confirmam isso.

Em ambos os processos, de estagnação e de mudança, a simultânea promoção de melhorias na infra-estrutura viária intra e inter-regional, a

⁵ O Vale do Rio Pardo é subdividido nas microrregiões Centro Serra, Centro e Metade Sul.



criação de novas e alternativas linhas de transporte coletivo intermunicipal, bem como os limites dos mercados locais de trabalho têm muitas vezes tornado as pequenas cidades em apenas locais intermediários, de passagem temporária antes de os migrantes se dirigirem para as cidades maiores da região, ou mesmo para as cidades da região metropolitana de Porto Alegre.

A dúvida que surge diante disso e que é alvo de intermináveis pesquisas é até quando as cidades aguentarão receber estes migrantes. O Brasil, de um modo geral, tem dado sinais de que os grandes centros urbanos não suportam mais absorver este contingente populacional. Muitos têm vivido abaixo do nível de subsistência. Em Porto Alegre cerca de 25% da população vive em situação de precariedade social⁶. Crescem os índices de violência. O “desemprego disfarçado” ou o subemprego é uma realidade. Assim, observa-se o quão paradoxal tem sido o modelo de desenvolvimento brasileiro (que não deixa de ser aplicado no Vale do Rio Pardo). Se por um lado a transposição do campo para a cidade representa a única saída para algumas famílias que já não suportam mais o ritmo ditado pelo modelo de produção capitalista imposto por grande parte das indústrias para as quais produzem, por outro, representa um perigo eminente para os núcleos urbanos.

A migração como potencializadora do movimento grevista na região

A dinâmica migratória brasileira, que promoveu o crescimento das cidades, sempre foi potencializadora de greves. Estar-se-ia sendo ingênuo e até desinformado se este fosse o único motivo apresentado para justificar a realização das paralisações que aconteceram no Brasil e na região, especialmente nos anos 80. Não é este o caso. Sabe-se que há um vasto rol de possibilidades – concentração industrial; questões de cunho salarial; reação à intensificação da produtividade e do ritmo de trabalho impostas pelas indústrias modernas, predominantemente fordistas; consolidação de um sindicalismo mais combativo; surgimento de novas lideranças sindicais; anseio pela redemocratização do Brasil; entre outras - que foram decisivas no conjunto do processo. Entretanto, tais possibilidades não merecerão aqui maiores desdobramentos, haja vista que a intenção aqui é focar nos fluxos de migração.

Assim como os episódios ocorridos no ABC Paulista são, em parte, reflexo da transferência de pessoas oriundas dos mais diversos cantos do país em busca de inserção

⁶ A informação é de Tambara (1985).



no mercado de trabalho, no Vale do Rio Pardo e, fundamentalmente, em Santa Cruz do Sul, cujo município é referência, não poderia ser diferente. Não há dúvidas que todas as experiências grevistas da década de 80 – período que se concentra o presente trabalho – tenham relação com a transposição, em escala cada vez maior, de pessoas do campo para a cidade.

A produção de tabaco, que caracteriza o Vale do Rio Pardo como a maior região fumicultora do Brasil, tem uma notória parcela neste processo. Foi no início do século XX que a primeira empresa multinacional – British American Tobacco (BAT), que no Brasil leva o nome de Souza Cruz⁷ - instalou-se em Santa Cruz do Sul. Logo depois, com a implantação das primeiras inovações tecnológicas e decorrente expansão do modo de produção capitalista, vieram as outras indústrias transnacionais. Já na década de 60, o parque industrial fumageiro da região estava totalmente desnacionalizado.

À medida que a produção se tornava cada vez mais ancorada em bases capitalistas, o território da região ganhava novas configurações. A demanda de mão-de-obra aumentava nas cidades, especialmente em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, municípios onde estavam instalados os maiores complexos industriais de fumo, ao passo que no campo – ou nos municípios essencialmente agrícolas – ela diminuía, uma vez que a produção familiar passava a ser atomizada.

Às fumageiras estão atrelados outros fatores que acarretaram em mudanças no cenário regional. O fortalecimento de outros setores, como comércio e serviços, decorrente, em parte destes complexos industriais, aumentou significativamente a capacidade dos municípios que abrigavam estes conglomerados industriais de promover novas vagas no mercado de trabalho. Aliás, aqui confirma-se o que Milton Santos (1996) há muito vem afirmando: de que as grandes empresas transnacionais são decisivas na gestão do território e, fundamentalmente, no destino da população que o habita.

Ante a estas transformações, não é gratuita a greve dos trabalhadores do fumo e alimentação, realizada em Santa Cruz do Sul em 1986. Ela é resultante da Greve Geral,

⁷ A trajetória da Souza Cruz no Brasil começou em 1903, quando o português Albino Souza Cruz começou a produzir cigarros enrolados em papel em um sobrado no Rio de Janeiro. Em 1914, a companhia transformou-se em uma sociedade anônima, passando o controle acionário ao grupo BAT. Em 1996, Santa Cruz do Sul, que já abrigava a multinacional há alguns anos, recebeu a maior usina de processamento do mundo, com capacidade de processamento de 120 mil toneladas/ano.



chamada pela CUT e CGT⁸. De acordo com notícias veiculadas na imprensa do município, na assembleia realizada no dia 10 de dezembro pelo Sindicato dos Trabalhadores do Fumo e Alimentação, 108 trabalhadores do setor votaram a favor da paralisação.

Os comerciários de Santa Cruz do Sul também pararam suas atividades no ano seguinte. O comércio do município, por apresentar-se relativamente mais forte (graças à presença de várias indústrias) que nos demais municípios da região configurou-se, naquele período, num grande atrativo. Muitas pessoas deixavam as chamadas “colônias” para virem em busca de um trabalho no centro de Santa Cruz.

Nos anos subsequentes, os embates entre capital x trabalho seguiram, e cada vez mais intensos. Pararam atividades bancários, metalúrgicos, professores, trabalhadores da construção civil, do vestuário, entre outras categorias. Em nenhum outro momento da história (como na década de 80) houve uma movimentação dos trabalhadores de tamanha envergadura. Ainda que Santa Cruz do Sul há algum tempo já se apresentava como polo industrial, era a primeira vez que podia-se perceber um alinhamento dos trabalhadores urbanos e suas entidades representativas.

Sendo assim, fica claro que a dinâmica migratória se constituiu num elemento importante para o movimento grevista da região. O parque industrial instalado em Santa Cruz do Sul fez com que o município avigorasse inúmeros outros segmentos da economia, como comércio e serviços. Com isso, houve não só a modificação da estrutura produtiva no campo (que provocou o êxodo rural), mas ampliou a demanda, especialmente de mão-de-obra, na cidade. Ainda que, é válido frisar, parte destes postos de trabalho fossem precarizados (como é o caso dos chamados safristas, que existiam em menor número nas cooperativas de produção).

Considerações finais

A mobilidade humana é um fenômeno amplo e complexo. Abrange numerosos “atores” sociais pertencentes a uma pluralidade de classes, etnias, culturas e religiões. As causas e as motivações que levam aos deslocamentos são variadas, tendo consequências bastante diversificadas, dependendo dos diferentes contextos sócio-culturais e da singularidade de

⁸ A Central Geral dos Trabalhadores (CGT) foi uma central sindical. Fundada durante um congresso realizado em março de 1986, ela tinha como objetivo dirigir e coordenar o movimento sindical nacional.



cada pessoa. Cabe frisar, contudo, que as migrações em si representam um fenômeno basicamente positivo. Não se pode esquecer o direito humano de ir e vir, as funções sociais e econômicas dos deslocamentos, a relativa melhoria das condições de vida da fuga de situações de opressão ou de catástrofes ecológicas, as novas oportunidades abertas e o enriquecimento cultural decorrente do encontro entre diferentes povos, culturas e religiões.

Entretanto, deve-se lembrar também que, frequentemente, por trás das migrações escondem-se aspectos negativos ou conflitivos, como a expulsão do lugar de residência, o desenraizamento cultural, a desestruturação identitária, a exclusão social, a rejeição e a dificuldade de inserção no lugar de chegada. Hoje, em geral, a migração não é consequência de uma escolha livre, mas tem uma raiz claramente compulsória. A maioria dos migrantes é impelida a abandonar a própria terra ou o próprio bairro, buscando melhores condições de vida e fugindo das mais diversas situações. Este é um grande desafio, pois “migrar” é um direito humano, mas “fazer migrar” é uma violação dos direitos humanos.

Este, por sinal, foi o cenário que se viu na década de 80. Grande parte das pessoas que deixavam o campo iam para as cidades, às vezes, em busca até mesmo da própria sobrevivência. E este fluxo, como pôde-se notar, foi fundamental para que as greves eclodissem país a fora.

Desta forma os migrantes – não só naquela época, mas nos dias atuais também - transformaram-se num verdadeiro “estorvo” ou “massa sobrando”, que, contudo, é explorada quando interessa ao sistema ou como mão-de-obra dos países ou regiões desenvolvidas. O sistema econômico capitalista, que concentra as riquezas nas mãos de poucos, cria muros para excluir os pobres. Interpretada nesta ótica, a migração representa a busca, por parte dos excluídos, de alguma fenda que permita o acesso parcial a alguns dos “benefícios” produzidos pelo modo de produção capitalista.

Referências

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. *Redes*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 10, n. 3, set. 2005.



HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JÚNIOR, Armando (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial*. Território. Rio de Janeiro: LAJET/UFRJ, n. 6, jan/jun 1999.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *A colonização do território e a produção do espaço urbano-industrial em Santa Cruz do Sul – 1849-1960*. *Ágora*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 3, n. 1, jan/jun 1997.

SILVEIRA, Rogério L. L.; HERMANN, Elisa. As cidades e a urbanização do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. P.; SILVEIRA, R. L. L. (Org) *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001, p. 217-257.

TAMBARA, Elomar. *RS: modernização & crise na agricultura*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.